

A livre iniciativa e a dívida externa

Deve o Estado intervir na economia e até que ponto pode fazê-lo sem causar prejuízos à coletividade e à própria economia? Deve o Estado impor controles cambiais, fixar cotas para as importações e assumir o papel de empresário ou deve limitar-se a proteger os indivíduos por meio da fixação de regras do jogo que garantam a livre iniciativa e impeçam a opressão e exploração dos mais fracos? Deve o governo de um país como os Estados Unidos ou a Alemanha Ocidental ser avalista junto aos bancos das dívidas contraídas por outros países

ou deve deixar que os bancos concedam os empréstimos e corram os riscos inerentes a esse tipo de transação?

Estas e outras perguntas foram respondidas pelo professor Milton Friedman em entrevista concedida a Albert Bressand e publicada na revista *Politique Internationale*. Friedman, Prêmio Nobel de Economia em 1976 e autor, entre outras obras, de *Inflations et systèmes monétaires*, Calmann-Lévy, 1969, e *La tyrannie de statu quo*, Lattès, 1984, defende os princípios do liberalismo econômico como

solução para a crise atual. Segundo ele, a aplicação desses princípios bem como a adoção, pelos governos, de orçamentos equilibrados em que a despesa nunca ultrapasse a receita conteriam a inflação, facilitariam o comércio internacional e daria impulsos ao desenvolvimento econômico. Para Friedman, a livre iniciativa deve ser estimulada e protegida e jamais tolhida por controles que no fim das contas acarretam prejuízos a toda a coletividade.

A seguir, os principais trechos da entrevista com as perguntas e respostas.

O papel do Estado na economia

Albert Bressand — Professor Friedman, considerando-se a evolução de seus trabalhos, desde os artigos teóricos dos anos 60 até os manifestos que são *Le Droit de Choisir* e *La Tyrannie de statu quo*, é possível notar sua constante preocupação em definir o papel e a utilidade dos经济istas...

Milton Friedman — Em nossa profissão, a opinião predominante consiste em pensar que o primeiro dever de um economista é encontrar a melhor política para tentar depois convençer os políticos a adotá-la. Alguns de nós achamos hoje que esse enfoque é mau. O que é preciso fazer é colocar nossos dirigentes em um ambiente tal que seja de seu próprio interesse seguir a "boa" política. Penso que atualmente a missão dos economistas é essencialmente informar o público. E, também neste caso, não se trata de apelar para seu senso de interesse geral, mas de fazê-lo enfrentar os fatos; por exemplo, mostrando-lhe que são tirados cem francos de seu bolso para dar 40, no máximo, aos agricultores... Quando essas realidades forem bem compreendidas, não há dúvida de que se seguirão as decisões políticas.

P. Em suma, seu centro de interesse deslocou-se das próprias medidas econômicas para o sistema de tomadas de decisões?

R. Exatamente. E é por essa razão que concedo, no contexto americano, uma importância tão grande ao projeto de emenda constitucional em favor de um orçamento equilibrado. Não para impor um tal equilíbrio, mas simplesmente para criar um quadro no qual a responsabilidade e as implicações de um eventual déficit

cit orçamentário possam ser claramente percebidas. De fato, as condições que hoje prevalecem tornam politicamente indolor qualquer elevação das despesas orçamentárias. Cada nova despesa beneficia um grupo de interesses particulares que, naturalmente, mobiliza todas suas forças para que seja aceita pelos políticos.

P. Falemos mais precisamente no papel do Estado. Ao contrário de tudo o que os economistas podem escrever, o Estado-nação continua sendo um fato fundamental. Não seria melhor reconhecê-lo de uma vez por todas?

R. Pode-se passar da economia para a política sem perder de vista o interesse de um grupo de indivíduos. Sou economista, mas sou também cidadão dos Estados Unidos. Dessa forma, creio, por exemplo, que meu país está errado ao restringir as importações de automóveis japoneses ou ao assumir uma parte excessiva do custo da defesa europeia. O que absolutamente não impede de sentir a necessidade de alianças ou de decisões políticas. De fato, o problema fundamental consiste em determinar o nível em função do qual se avalia o bom fundamento de uma situação: o da nação e de seu governo ou os indivíduos e das famílias que a compõem. A meu ver, com muita frequência o fato de acentuar de forma exagerada a soberania nacional ou a autonomia de ação do governo não foi útil para as nações. A partir do momento em que reivindicamos a maior liberdade possível para o maior número, não nos devemos deixar arrastar por esta ou aquela entidade política.

P. Quais são, portanto, a seu ver, os limites da competência estatal?

R. Exatamente. E é por essa razão que concedo, no contexto americano, uma importância tão grande ao projeto de emenda constitucional em favor de um orçamento equilibrado. Não para impor um tal equilíbrio, mas simplesmente para criar um quadro no qual a responsabilidade e as implicações de um eventual déficit

R. Acho que o Estado deve defender os indivíduos contra a agressão exterior e contra a opressão interior; deve fixar as "regras do jogo" e permitir uma solução satisfatória dos conflitos internos. Essas funções — defesa nacional, garantias fundamentais, justiça — são, aliás, aquelas às quais a Constituição dos Estados Unidos pretendia inicialmente limitar o papel do Estado.

O senhor levantou um ponto importante, observando que os governos representam um papel essencial na formação de uma identidade nacional. Essa observação é justa, notadamente no que diz respeito à África. Entretanto, concretamente, esse processo com muita frequência é canalizado por um partido único, ditatorial, que se outorga todos os privilégios e impõe sacrifícios onerosos ao país. Tanto que os cidadãos médios vivem com condições piores do que aquelas em que viviam na época colonial.

P. Entretanto, são os governos — diretamente ou por intermédio de instâncias internacionais — que permitem evitar o desmoronamento dos grandes países do Terceiro Mundo que pediram empréstimos e dos bancos que lhes haviam emprestado mais de 300 bilhões de dólares. Não conviria, portanto, acrescentar à sua lista mais uma função estatal, a de fiador da segurança econômica?

R. O senhor tem razão. Evitou-se assim a falência do Brasil, por exemplo. Mas essa falência talvez não fosse a solução mais absurda. Sem dúvida, o Brasil como Estado teria comprometido sua respeitabilidade financeira; os indivíduos, em compensação, poderiam ter sido beneficiados.



P. Há muito tempo, o senhor vem preconizando a generalização das taxas de câmbio flutuantes, sustentando que permitiriam a cada país definir sua política econômica nacional sem ter de se preocupar com a de seus vizinhos. Ora, o momento, as experiências feitas nesse sentido revelaram-se bastante decepcionantes.

R. Não se pode falar em malogro das taxas flutuantes. Para entender o problema, é preciso distinguir dois tipos de influência de um país sobre outro: a que decorre das evoluções reais, cujo efeito nada pode suprimir nem as taxas fixas nem as taxas flutuantes; e a associada à política monetária. É contra este segundo tipo de influência que as taxas flutuantes permitem se proteger. Quer exemplos? Em 1973, os Estados Unidos e a Europa estavam no começo de uma fase de inflação que iria atingir seu ponto culminante por volta de 1978-1980. No mesmo ano, o Japão, onde a inflação chegava a 25%, resolveu suprimir esse fenômeno. E conseguiu fazê-lo, durante o mesmo período, o que teria sido impossível em regime de taxas de câmbio fixas. Podemos citar igualmente o caso dos Estados Unidos que se fizeram uma política monetária independente porque deixam flutuar o dólar.

P. Já que estamos falando em dólar, como vê sua evolução?

R. Francamente, estou muito surpreendido pelo fato de o dólar ter podido permanecer por tanto tempo nesse nível. A razão fundamental desse fenômeno decorre, para mim, da importância dos stocks financeiros que podem ser mobilizados para alimentar os fluxos de compra do dólar. Dito isso, considero muito provável uma forte aceleração da inflação e uma substancial diminuição do crescimento nos Estados Unidos. Então, a baixa do dólar — tantas vezes anunciada — se tornará realidade. Seja como for, cedo ou tarde, o dólar baixará.

P. De maneira mais geral, não acha que estamos assistindo a uma mutação profunda da economia, que faz da finança um elemento no mínimo tão determinante quanto o comércio?

R. Absolutamente. Como acabo de dizer, penso, por exemplo, que o dólar vai baixar, mas acredito que essa baixa não impedirá que os estrangeiros desejem investir seu dinheiro nos Estados Unidos. E esses afluxos de capitais continuariam a ter por contrapartida um déficit comercial norte-americano.

Meu amigo e ex-professor Arthur Burns — que hoje é embaixador na Alemanha — observava que o número de pessoas empregadas na Europa permaneceu estacionário ou diminuiu nos últimos dez anos. Nos Estados Unidos, em compensação, há 20 milhões de empregos mais do que há dez anos e sete milhões mais do que há 18 meses. Consequentemente, é fácil compreender por que o dinheiro vai da Europa para os Estados Unidos e não o contrário. Dessa forma, quando ouço os governos europeus queixando-se do dólar, desconfio um pouco de que fazem dele um pântano destinado a ocultar seus próprios malogros.

P. Que conselhos daria a Ronald Reagan neste início de segundo mandato?

R. Aconselharia ao presidente Reagan que fizesse propostas audaciosas, implicando mudanças fundamentais em nosso sistema de segurança social: recair a idade da aposentadoria, reduzir os estímulos existentes em favor da aposentadoria antecipada, rever os métodos de financiamento das despesas de saúde.

Fala-se muito hoje do déficit orçamentário. No entanto, para mim, a bomba que está para explodir é a das despesas de proteção social. Quer se trate de aposentadoria ou de saúde (medicare), temos de voltar para a concepção inicial: a de uma rede de segurança mínima e não de uma fonte principal de financiamento.

Trata-se de um desafio que o presidente Reagan, não obstante o êxito de seu primeiro mandato, ainda não pôde aceitar.

Friedman afirma que os governos produzem a inflação

Influência econômica dos Estados Unidos

P. Falemos agora no papel dos Estados Unidos na economia mundial. A moeda norte-americana é uma moeda internacional...

R. Não, de forma alguma. Essa moeda é amplamente utilizada pelo mundo, mas não é "internacional". Cada país pode ter uma taxa de câmbio flutuante; nenhum banco central é obrigado a ter dólares e, além disso, uma parte importante dos dólares em circulação é criada fora dos Estados Unidos, por transações entre não americanos — por exemplo nos euromercados.

P. Sem dúvida, mas o dólar preenche em todo caso, quer queiram quer não, a função de uma moeda internacional...

R. Essa realidade não basta para fazer o dólar uma moeda internacional. Traduz simplesmente o fato de que o dólar é geralmente desejado e mantido no mundo. Mas é uma moeda nacional e nenhum outro país é obrigado a servir-se dela.

P. Fiquemos na situação de fato. Existe sem dúvida um problema muito concreto: a massa monetária norte-americana, em lugar de ser simplesmente detida nos Estados Unidos, encontra-se parcialmente nas mãos de países estrangeiros.

Nessas condições, como a política monetária norte-americana pode levar em conta o papel internacional, desejado ou imposto, dessa moeda nacional?

R. Pessoalmente, sou contrário a que se "leve em conta" o que quer que seja na política monetária. Sei bem que a Reserva Federal gostaria de "levar em conta" tudo... É bem por essa razão

R. Paul Volcker seguiu realmente uma política monetária expansiva no fim de 1982. Mas creio que essa política se explicava bem mais pela preocupação de favorecer a própria recuperação da economia norte-americana. Isso me lembra a observação feita por Charles O'Harty, em um livro que publicou por volta de 1930. Segundo ele, todas as vezes que fatos do sistema monetário. Dessa forma, o banco *Continental Illinois*, que acabava de ocupar grandes espaços na imprensa, tinha compromissos com o restante do sistema financeiro no valor de 40 a 45 bilhões de dólares. Em caso de panico, a crise de liquidez que a falência do *Continental Illinois* teria provocado aumentaria esse valor, ele próprio passível de ser multiplicado por falências sucessivas.

Porém, se fechássemos tranquilamente esse mesmo banco hoje e utilizássemos seus ativos para apurar seu passivo, entraria a perda líquida não superaria dois ou três bilhões de dólares, mais ou menos, o capital investido pelos acionistas. Portanto, o risco de solvabilidade é muito mais limitado do que o risco de liquidez.

Por essa razão sou favorável à intervenção do Estado para evitar o risco de liquidez, mas não o de solvabilidade. Que os acionistas possam perder o que investiram parece-me fundamentalmente sadio.

P. O senhor aceita a invertão do Estado para evitar o risco de liquidez. Isso significa que o senhor aprova Paul Volcker, o presidente do Banco Central americano, por ter reagido aos riscos de falência financeira na América Latina, suavizando a política monetária americana no verão de 1982?

R. Paul Volcker seguiu realmente uma política monetária expansiva no fim de 1982. Mas creio que essa política se explicava bem mais pela preocupação de favorecer a própria recuperação da economia norte-americana. Isso me lembra a observação feita por Charles O'Harty, em um livro que publicou por volta de 1930. Segundo ele, todas as vezes que fatos

R. Sim e não vejo nenhuma objeção a que tratem com quem bem entendam. Mas que ajam sem interferência e sem ajuda do FMI ou do governo americano. Resolveram emprestar; receberam lucros substanciais; agora, cabe-lhes suportar os contragolpes. Dito isso, repito, não estou certo de que teriam concedido todos esses empréstimos na ausência de garantias governamentais.

P. O problema da dívida do Terceiro Mundo parece-lhe tão crucial como alguns dão a entender?

R. Certamente, é um governo forte, assim como o de Lee Kwan Yew, em Singapura. Mas, nesses dois países, os dirigentes seguem uma política baseada no progresso do setor privado. O que contrasta com a experiência do México, onde metade da economia está nas mãos do governo.

P. Com frequência foram os próprios banqueiros que tomaram a iniciativa de aproximar-se dos governos do Terceiro Mundo...

R. Sim e não vejo nenhuma objeção a que tratem com quem bem entendam. Mas que ajam sem interferência e sem ajuda do FMI ou do governo americano. Resolveram emprestar; receberam lucros substanciais;

R. O debate atual sobre a dívida parece-me, sob vários aspectos, mitológico. Comparado a seu PNB, o endividamento de países como o Brasil ou a Argentina é nitidamente menor

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvibilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvibilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvabilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvabilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvabilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvabilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvabilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa, é preciso distinguir entre dois tipos de riscos financeiros ou de liquidez e o de solvabilidade.

O problema da liquidez consiste,

de fato, em evitar o desmoronamen-

to, a seu ver, em uma "segurança econômica" que seria paralela, para a economia internacional, à segurança militar, que o senhor próprio reconhece que não pode ser dada só para as forças do mercado?

R. Para responder de maneira mais precisa